

Reformas administrativas na França

Segundo notas que traduzimos de um jornal parisiense de setembro deste ano, e que vão reproduzidas abaixo, o Governo francês vinha, à época, dedicando especial atenção às reformas administrativas indispensáveis ao ajustamento do serviço público às necessidades da administração nacional. O problema do pessoal estava sendo examinado sob vários aspectos, dedicando-se, todavia, maior interesse a uma série de medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos servidores públicos e à formação dos futuros administradores. Cogitava-se, também, da reorganização dos quadros administrativos, de maneira a corrigir falhas existentes e afastar as dificuldades que perturbavam o funcionamento da administração francesa.

É interessante observar a semelhança dos problemas que ora se apresentam ao governo francês, na esfera administrativa, com os que foram enfrentados quando se iniciou em 1936, há nove anos, portanto, a reforma administrativa brasileira. Muitas das soluções encaradas atualmente na França correspondem exatamente às já adotadas no Brasil a partir daquele ano; a própria decisão relativa a “uma Fundação Nacional de Ciências Políticas, espécie de Fundação Rockefeller, destinada a desenvolver os estudos sobre os problemas econômicos e sociais”, faz lembrar, imediatamente, a “Fundação Getúlio Vargas”, organizada pelo Presidente do D.A.S.P., há cerca de um ano, também com o objetivo, entre outros, de promover estudos e pesquisas em todos os ramos que interessem às atividades exercidas pelos órgãos estatais e paraestatais, incluindo-se aí, obviamente, o estudo dos problemas sociais e econômicos.

Cumprir registrar que, antes da guerra, o governo francês já vinha estudando uma série de reformas indispensáveis à atualização da máquina administrativa nacional e capazes de proporcionar-lhe elementos de trabalho compatíveis com as necessidades do país. A declaração de guerra e, posteriormente, a ocupação alemã retardaram até hoje a solução dos vários problemas do serviço público francês.

A identidade dos assuntos examinados na França e no Brasil, assim como a semelhança de muitas das soluções lá propostas e aqui já adotadas, evidenciam mais uma vez que os problemas ge-

rais de organização são os mesmos em toda parte e que, nesse assunto, o papel do senso comum — sejam quais forem as latitudes geográficas e as circunstâncias políticas — é sempre de importância fundamental.

Eis o que nos informa o jornal de Paris :

ATUALIDADES ADMINISTRATIVAS

Os membros do Governo consagraram a maior parte de suas deliberações de ontem ao exame e à adoção de uma série de resoluções e de decretos relativos à reforma do serviço público.

Com efeito, as decisões tomadas pelo Governo limitam-se, por enquanto, exclusivamente à formação e ao recrutamento dos funcionários, bem como ao funcionamento das repartições centrais e dos grandes órgãos do Estado.

DUAS ESPÉCIES DE DIFICULDADES

O Governo, após um exame aprofundado da situação, verificou que duas espécies de dificuldades perturbavam o funcionamento de nossa administração :

- 1) a grande diversidade de carreiras oferecidas aos candidatos, diversidade agravada pelo fato de que as repartições organizam, cada uma para si, o recrutamento e a carreira de seus servidores, aos quais são dados estatutos e formações diferentes;
- 2) a complexidade do aparelho administrativo e mau emprêgo das atividades. A esse respeito, convém citar o caso dos jovens funcionários, adstritos, no início de suas carreiras, a tarefas bem inferiores às suas aptidões e cultura, o que traz como consequência direta uma formação profissional não satisfatória e uma remuneração por demais modesta.

Essas averiguações levaram o Governo a tomar providências tendentes, por um lado, a unificar o recrutamento e, até certo ponto, a carreira administrativa, e, por outro, a reorganizar os quadros administrativos atuais.

Assim é que serão criados Institutos de Estudos Políticos anexos às Faculdades de Direito e de Letras, tanto de Paris como das províncias, bem como uma Escola Nacional de Administração e um Centro de Altos Estudos Administrativos.

OS INSTITUTOS DE ESTUDOS POLÍTICOS

A partir de outubro próximo, serão criados Institutos de Estudos Políticos junto às Universidades de Paris e de Strasburgo.

Esses Institutos receberão os estudantes que fazem cursos superiores e prepará-los-ão para a Escola Nacional de Administração, proporcionando-lhes cultura política e administrativa geral. Serão concedidas bolsas de estudos.

A ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

A Escola de Administração abrirá suas portas antes do fim deste ano.

Os estudantes serão remunerados como funcionários, segundo uma tabela de vencimentos que lhes assegurará um honesto padrão de vida. Ao terminarem o curso, terão direito, conforme a ordem de classificação, a escolher sua carreira no Conselho de Estado, Tribunal de Contas, Corpo Diplomático, Inspetoria das Finanças, Administração Central dos Ministérios, Administração Civil da Argélia, etc.

O CENTRO DE ALTOS ESTUDOS ADMINISTRATIVOS

O Centro de Altos Estudos Administrativos se destina aos funcionários já em meio de suas carreiras e já amadurecidos pela experiência, e também a certas pessoas estranhas à função pública, que o Estado julgar conveniente chamar ao seu serviço.

*
* *

A fim de reorganizar os quadros atuais, serão criados cargos de secretários de administração e de administradores civis. Aos primeiros se atribuirão serviços de correios,

de documentação, etc., e os segundos serão formados para ocupar postos de direção.

Quanto ao aumento de vencimentos desses funcionários, as promoções se subordinarão não mais apenas ao exercício de uma função de chefia, ou de uma responsabilidade, porém, igualmente, às capacidades de que derem prova.

A Escola será dividida em quatro seções:

- 1) Administração Geral;
- 2) Administração Econômica;
- 3) Administração Social;
- 4) Negócios Estrangeiros.

A EXTINÇÃO DA ESCOLA DE CIÊNCIAS POLÍTICAS

Para evitar que essa unificação do recrutamento redunde numa volta aos privilégios usufruídos por certos órgãos, o Governo decretou a dissolução da Sociedade Anônima da Escola de Ciências Políticas.

Os administradores dessa Escola decidiram contribuir com todo o seu patrimônio para uma "Fundação Nacional de Ciências Políticas", espécie de Fundação Rockefeller, destinada a desenvolver os estudos sobre os problemas econômicos e sociais, e a auxiliar o funcionamento da Escola Nacional de Administração.

Despesas de pessoal da União no período 1935-1945

A Divisão de Estudos de Pessoal, do Departamento Administrativo do Serviço Público, dentro de suas atribuições e finalidades, acaba de concluir interessante e minucioso trabalho de comparação entre as despesas de pessoal e outras realizadas pela União Federal no período de 1935-1945.

O aludido trabalho, consubstanciado nos três quadros que a seguir reproduzimos, conduzirá os

leitores a seguras conclusões, habilitando-os a um perfeito conhecimento das oscilações verificadas nas despesas de pessoal no mencionado período.

Saliente-se que só o que diz respeito a pessoal, quer militar, quer civil, quer, ainda, a pensionistas e inativos, aparece especificadamente nos quadros em questão, figurando as demais despesas em algarismos globais com a simples finalidade de termos de comparação.

COMPARAÇÃO ENTRE AS DESPESAS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS DA UNIÃO NO PERÍODO DE 1935 A 1945

(Em números índices: 1935 = 100)

EXERCÍCIOS	PESSOAL MILITAR	PESSOAL CIVIL	PENSIIONISTAS E INATIVOS	TOTAL DE PESSOAL	OUTRAS DESPESAS	DESPESA TOTAL
1935.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1936.....	100,4	122,1	106,0	114,7	110,1	112,3
1937.....	155,5	107,0	108,2	120,1	167,3	144,3
1938.....	146,3	106,9	127,1	119,5	208,0	164,9
1939.....	151,2	108,5	143,6	123,5	177,0	150,9
1940.....	156,6	113,2	151,8	128,8	191,9	161,2
1941.....	158,1	106,9	192,6	129,5	205,6	168,5
1942.....	192,7	105,6	192,9	138,0	259,2	200,1
1943.....	210,9	115,5	222,9	152,1	259,2	206,8
1944.....	302,6	169,3	246,0	213,0	303,6	259,4
1945.....	349,4	210,0	310,0	257,6	312,4	285,8

NOTA — 1) 1935 a 1944 — Despesa realizada — 1945 — Orçamento.

2) A relativa estabilização da despesa de pessoal civil, em 1942, deve-se, em parte, à autonomia financeira concedida às Estradas de Ferro Central e Noroeste do Brasil, cujas despesas de pessoal passaram a ser custeadas pelas respectivas rendas industriais, exceto o pessoal do Quadro II — E. F. C. B.; do M. V. O. P.

3) A diferença que se verifica entre os anos de 1943 e 1944, nas despesas de pessoal, deve-se, principalmente, ao aumento de vencimentos e salários do pessoal da União, concedido a partir de 1-12-43.

4) Nos anos de 1944 e 1945, em "Outras despesas" e "Despesa total da União" deixou de constar a Verba "Obras", que passou a consumir um plano à parte.